

## **SOBRE A LITERATURA COMO MEIO PARA A FILOSOFIA MORAL FORA DE UM ÂMBITO ARGUMENTATIVO**

Félix Pinheiro\*

**Resumo:** A história da filosofia moral é marcada por discussões acerca da própria disciplina, sobre a natureza das suas investigações. Mais do que um problema de demarcação disciplinar, os métodos de investigação empregados e os propósitos dos mesmos estão em alvo. A argumentação e a análise argumentativa podem ser ferramentas heurísticas, podem ser métodos (justificadores) e podem ser sistemas comunicativos. Em cada uma dessas funções, contudo, elas encontrarão certos limites em função de certos propósitos. Na história da filosofia moral, a análise argumentativa enquanto método é um dos principais legados da tradição moderna, o qual atribui certa primazia à deliberação argumentativa sobre escolhas e ações nas investigações da área. O questionamento dos seus limites e da sua suficiência frente aos diferentes propósitos legítimos da filosofia moral consiste em um ataque a esse legado, o qual reivindica um âmbito relevante de ação e reflexão que esteja para além do mesmo: um campo em que as questões morais possam ser adequadamente tratadas, mas não através de argumentos e da sua análise. Nesse panorama, o presente trabalho questiona o que poderia ser uma maneira de proceder nesse campo não argumentativo, a sua importância e as suas funções, sugerindo a literatura como um dentre outros meios disponíveis.

**Palavras Chave:** Filosofia Moral. Metaética. Filosofia e Literatura.

## **ON LITERATURE AS A MEANS FOR MORAL PHILOSOPHY OUTSIDE AN ARGUMENTATIVE SCOPE**

**Abstract:** The history of moral philosophy is marked by discussions about the discipline itself, about the nature of its investigations. More than a problem of disciplinary demarcation, the methods of investigation employed and their purposes are being targeted. Argumentation and argumentative analysis can be heuristic tools, they can be methods (justifiers) and they can be communicative systems. In each of these functions, however, they will have certain limits for certain purposes. In the history of moral philosophy, argumentative analysis as a method is one of the main legacies of modern tradition, which attributes a certain primacy to argumentative deliberation about choices and actions in the area's investigations. The questioning of its limits and its sufficiency in face of the different legitimate purposes of moral philosophy consists of an attack on this legacy, which claims a relevant scope of action and reflection that is beyond the same: a field in which moral issues can be dealt with appropriately, but not

---

\* Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria e mestre em filosofia pela mesma instituição, atualmente é aluno de nível de doutorado do programa de pós-graduação em filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: feliks.sm@gmail.com.

through arguments and analysis. In this context, the present work questions what could be a way of proceeding in this non-argumentative field, its importance and its functions, suggesting the literature as one among other available means.

**Keywords:** Moral Philosophy. Metaethics. Philosophy and Literature.

## Introdução

*“Você quer dizer que este animal realmente quer que a gente o coma?  
— cochichou Trillian para Ford.  
— Eu? — disse Ford com um olhar vidrado. — Eu não quero dizer nada.”*

Douglas Adams, O restaurante no Fim do Universo (2010, p. 85).

Quando Arthur Dent se recusa a jantar um animal não humano que abertamente se apresenta como o prato do dia, discursando sobre quais partes de seu corpo estariam mais saborosas, nós, leitores de “O restaurante no fim do universo”, podemos acompanhar a narrativa junto de inúmeras emoções e de reflexões, dada a situação no mínimo curiosa. Isso pode ser experimentado lendo uma das passagens do livro, por exemplo:

Um imenso animal leiteiro aproximou-se da mesa de Zaphod Beeblebrox, um quadrúpede gordo e enorme, do tipo bovino, com grandes olhos d'água, chifres pequenos e um sorriso nos lábios que quase poderia ser insinuante.

— Boa-noite — abaixou-se e sentou-se pesadamente sobre suas ancas —, sou o principal Prato do Dia. Posso sugerir-lhes algumas partes do meu corpo? — Rosnou e grunhiu um pouco, remexeu seus quartos traseiros buscando uma posição mais confortável e olhou pacificamente para eles. (...) — Alguma parte do ombro, talvez? — sugeriu o animal. — Assada com molho de vinho branco?

— Ahn, do seu ombro? — disse Arthur, num sussurro de horror.

— Mas naturalmente que do meu ombro, senhor — mugiu o animal, satisfeito — só tenho o meu para oferecer. (ADAMS, D. 2010, p. 84)

Tal situação, apresentada no segundo livro da coleção “O guia dos mochileiros das galáxias”, apresenta um discurso (em primeira pessoa) de um personagem se oferecendo para o jantar dos outros personagens, através de frases como “ou a alcatra, que também é muito boa (...) Tenho feito exercícios e comido cereais, de forma que há bastante carne boa ali (...) ou um ensopado de mim, quem sabe?” (Idem, ibidem, p. 85). Não é

difícil observar como essa cena remete diretamente às reflexões típicas da filosofia moral – em alusão inclusive ao famoso experimento de pensamento sobre o “porco que queria ser comido”. Boa parte das discussões em ética realizadas contemporaneamente, ao possuírem ações e escolhas como objeto de estudo, investigam exatamente a moralidade da agência dos humanos em relação ao seu ambiente, da ecologia aos hábitos alimentares, incluindo animais não humanos no campo moral.<sup>143</sup>

Embora seja quase evidente que na cena supracitada hajam aspectos morais relevantes sendo tratados, a história da filosofia moral mostra que podemos discordar sobre quais pontos apresentados pela situação correspondem aos elementos morais e sobre qual o modo de procedermos em relação a esses elementos. Como bem observa Rachels (2006, p. 175-177), a filosofia moral enquanto campo de problemas mudou de ponto de partida no decorrer da história da humanidade. Por exemplo, enquanto para Aristóteles, Sócrates e Platão a reflexão tratava de questões referentes ao “o que é ser um homem bom”, para outros filósofos, principalmente após o período renascentista, a mesma atividade recaí sobre aquilo que é correto fazer. Nesse segundo panorama surgiram algumas bem conhecidas teorias da justiça e da obrigação moral. Assim, seguindo uma ou outra linha de pensamento, encontraríamos diferentes aspectos da mesma cena como sendo o que de relevante a filosofia moral tem a dizer.

Esse contraste está nítido na literatura recente, principalmente após a publicação do artigo “Filosofia moral moderna” de Elisabeth Anscombe (1958). Anscombe (1958) diagnosticou aquilo que denominou de “filosofia moral moderna” como sendo incapaz de servir aos seus propósitos, reivindicando uma abordagem alternativa para a mesma que retoma traços da ética das virtudes. A publicação desse artigo pode ser vista atualmente como um marco para a série de dúvidas sobre o objeto de estudo da moralidade e sobre o lugar do método argumentativo nesse estudo.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo discutir em que medida a moralidade pode ser entendida e estendida para fora de um domínio argumentativo

---

<sup>143</sup> Os termos “Ética”, “moralidade” e “filosofia moral” são utilizados aqui como sinônimos. Embora muitos autores(as) façam distinções ao utilizar essas palavras, para os propósitos deste artigo, todas possuem o mesmo sentido disciplinar: um campo de estudos e atividades que geralmente é atribuído apenas à nomenclatura “filosofia moral”, a saber, a reflexão sobre as questões que envolvem viver em sociedade e os valores morais.

sugerindo a literatura como um meio de realização dessa tarefa. Para tanto, o texto que segue está dividido em três partes. Na primeira seção, apresenta-se as características de uma posição puramente argumentativa da moralidade e são elencadas posições alternativas. Na segunda seção, busca-se encontrar um caminho para considerar a moral sem pretensões argumentativas. Na terceira, discute-se como a literatura fornece um meio para a moralidade fora do escopo da argumentação.

## **Sobre deveres e argumentos**

Caracterizar uma disciplina filosófica é uma tarefa complexa se não impossível, dada a pluralidade de estudos e atividades efetuados sobre essa nomenclatura. Todavia, podemos encontrar um conjunto de atividades realizadas pelos filósofos, bem como de propósitos e crenças em comum sobre as suas próprias atividades, que nos permitam fornecer um núcleo básico para compreender, pelo menos, uma visão sobre o que é a filosofia moral. Por exemplo, observando considerações de autores como James Rachels em “Os elementos da filosofia moral” (2006) e Hugh LaFollete em “Ethics in practice” (2002) sobre as características da filosofia moral, podemos formar uma concepção sobre a mesma a partir de cinco pontos fundamentais:

1. A ética é o estudo do que é correto fazer.
2. O método da ética é constituído por análise e justificação de princípios, conceitos e ações através de argumentos.
3. O resultado da deliberação moral é aquilo que devemos fazer; a melhor ação.
4. A deliberação moral implica e exige imparcialidade.
5. A motivação para agir moralmente é algo externo ao próprio estudo da moralidade; A ética é o estudo do que é correto fazer, e não do convencimento, de forma com que podemos saber o que deve ser feito e ainda assim não fazê-lo.

Obviamente, a culminância desses pontos não reflete o que é “filosofia moral” como um todo, mas indica uma maneira de pensá-la. Não obstante, tais pontos convergem para uma visão da moralidade cujo método é argumentativo e cujo objeto é a ação correta. Por esse motivo, denominaremos a conjunção das características 1-5 como

sendo uma concepção da moralidade “argumentativa da ação correta” (doravante, ADAC).

Abrindo um parêntese explicativo, há dois sentidos em que a concepção ADAC precisa ser esclarecida. Em primeiro lugar, não se trata de uma teoria, escola ou corrente filosófica, mas antes um modo de proceder na disciplina que é compartilhado por uma visão sobre o que a mesma é. Em segundo lugar, é possível considerá-la como uma versão mais fraca de uma possível concepção “argumentativa da vida boa”, presente, por exemplo na obra de Platão. Explicando essa possibilidade, em *Mênon*, Sócrates apresenta a tese de que o conhecimento do bem é necessário e suficiente para o sucesso moral, negando a possibilidade da *akrasia*. Em *O Banquete*, Sócrates apresenta uma concepção de moralidade que se dirige a nossa vida, e não apenas as nossas ações, e por isso a nomenclatura “da vida boa”, afirmando ainda que a vida mais nobre que um homem pode levar é aquela dedicada a filosofia, o que se mostra coerente com a defesa de que o conhecimento e o agir estão inescapavelmente relacionados. Portanto, essa posição traria algo diferente para o ponto 1, mas sobretudo recusaria o ponto 5 – por isso mais forte que a ADAC. Obviamente essa posição só é plausível se assumirmos que em Platão (1997) o conhecimento das formas, das ideias, é conhecimento proposicional – sobre proposições ou obtido essencialmente através delas.<sup>144</sup>

Fechado esse parêntese explicativo, podemos explicar as características apresentadas retomando a cena apresentada na introdução do presente texto. Através da característica 1, o elemento moral fundamental será o valor moral da ação de jantar o animal não-humano. Assim, através da característica 3, procuraríamos encontrar respostas que sugeririam se o que Arthur decide fazer é moralmente aceitável e se, portanto, deveríamos fazer o mesmo – seguindo os princípios de imparcialidade. Para tanto, buscaríamos prescrever sob que circunstâncias estaríamos justificados em realizar

---

<sup>144</sup> Sobre isso, veja-se a discussão feita por Gail Fine e Francisco Gonzalez. Enquanto que para Fine o conhecimento das formas em Platão é proposicional, Gonzalez argumenta que o conhecimento se caracteriza melhor como conhecimento de objetos. Assim, se concordarmos com Gonzalez, Sócrates deve ser excluído dos expoentes do intelectualismo moral, visto que quando fala em conhecimento do “bem”, está se referindo a um conhecimento de tipo intuitivo, mais direto, algo similar aos conhecimentos por familiaridade ou por habilidade – mesmo exigindo esforço intelectual. Esses pontos estão esclarecidos em “*Propositions or objects? A critique of Gail Fine on knowledge and belief in ‘Republic v’*”, Gonzalez (1996).

aquela ação, elencando as melhores justificativas através do método no item 2. Como exemplo dessas circunstâncias, poderíamos refletir se a ausência de sofrimento na maneira como o animal não humano é sacrificado modificaria o valor moral de nossa ação, tal como é ironizado pelo próprio desfecho da história:

— Olha — disse Zaphod —, nós queremos comer, não queremos uma discussão. Quatro bifés mal passados, e depressa. Faz quinhentos e setenta e seis bilhões de anos que não comemos.  
O animal levantou-se. Deu um grunhido brando.  
— Uma escolha muito acertada, senhor, se me permite. Muito bem — disse — agora é só eu sair e me matar.  
Voltou-se para Arthur e deu uma piscadela amigável.  
— Não se preocupe, senhor, não serei cruel. Encaminhou-se gingando para a cozinha.  
Em questão de minutos, o garçom apareceu com quatro filés fumegantes. Zaphod e Ford avançaram, sem vacilar duas vezes.  
Trillian parou, sacudiu os ombros, e se serviu.  
Arthur olhou para o seu, sentindo-se levemente enjoado.  
— Ei, terráqueo — disse Zaphod, com um sorriso malicioso no rosto (...) —, que bicho te mordeu? (Adams, 2010, p. 86)

Poderíamos questionar também se há uma diferença moral entre comer animais (humanos ou não humanos) que querem ser comidos e que não querem, tentando alocar a relevância desse fato para a decisão, como pode ser lido no seguinte diálogo:

— É absolutamente horrível — exclamou Arthur —, a coisa mais revoltante que já ouvi.  
— Qual é o problema, terráqueo? — disse Zaphod, que agora transferia a atenção para o enorme traseiro do animal.  
— Eu simplesmente não quero comer um animal que está aí me convidando para isso — disse Arthur. — É impiedoso!  
— Melhor do que comer um animal que não quer ser comido — disse Zaphod.  
— Não é essa a questão — protestou Arthur. Pensou então um pouco a respeito. — Está bem — disse —, talvez seja essa a questão. Não quero saber, não vou pensar sobre isso agora. Eu só... ahn... (Idem, Ibidem, p. 85)

Em síntese, trataríamos desse problema como se pudéssemos descobrir argumentativamente as melhores justificativas para agir e, portanto, a melhor ação a ser realizada. Obviamente, o sucesso dessa tarefa requer considerarmos imparcialmente os interesses de cada indivíduo, como explicitado na característica 4. Ainda assim, seria permitido aos indivíduos acreditarem que algo (não) *deve* ser feito, que existe uma ação correta disponível para ser realizada. Como posto em 5, ainda assim, Arthur poderia

escolher comer animais não humanos mesmo que soubesse que isso não deve ser feito. Essa disjunção entre a motivação para o agir, o agir concreto e o reconhecimento da melhor ação; é reconhecida na história da filosofia moral como o problema da *akrasia*.

A questão da *akrasia* aparece de diversos modos na literatura da área. Por exemplo, na literatura que utilizamos para extrair as características elencadas, encontramos o distanciamento entre um bom argumento e o convencimento obtido a partir do mesmo, no caso de Rachels: “na ética deve-se esperar que ocasionalmente as pessoas recusem a ouvir a razão (...) a ética pode exigir que façamos coisas que não queremos fazer, portanto não é raro tentarmos evitar ouvir suas demandas” (2006, p. 45). Já em LaFollete (2002), esse elemento aparece quando o autor destaca haver uma possibilidade, entre outras, de falhas na aplicação correta dos princípios morais.

Compreendidas as cinco características apresentadas, notemos que a conjunção das mesmas forma uma única condição necessária para a atividade da filosofia moral: a deliberação argumentativa coerente e imparcial sobre o que devemos fazer. Se houver uma exagerada identificação da área com esse ponto, há uma consequência para o âmbito daquilo que os seres humanos podem fazer em termos de filosofia moral: se há algo fora daquilo que a deliberação argumentativa coerente consegue captar, então esse algo não é moralmente relevante. Em outras palavras, a extensão do âmbito dos objetos de estudo – daquelas coisas que podem ser tratadas pela filosofia moral – é compreendida no interior da extensão do âmbito da argumentação – daquelas coisas sobre as quais podemos argumentar.

Essa maneira de ver a moralidade preserva semelhanças com aquela que foi denominada de “filosofia moral moderna”, no já citado artigo de Anscombe (1958). Apesar da utilização do termo ‘moderno’, o núcleo em alvo colocado pela autora não parece ser um recorte histórico da moralidade, mas sobretudo das investigações influenciadas pelos seus princípios. Como afirma Sattler, é “uma filosofia moral construída sempre a partir de uma base racionalizante e universalizante mínima – ou de uma concepção (racional e universal) mínima do ‘humano’” (2012, p. 103). Todavia, optamos por elencar características para simplificar a compreensão do que está em alvo aqui, utilizando outra nomenclatura para salvaguardar as possíveis diferenças entre essa simplificação e o assunto complexo tratado por Anscombe (1958). *Prima facie*, ambas

caracterizações possuem amplitudes relacionadas: as críticas realizadas por Anscombe para a “filosofia moral moderna” atingem a ADAC.

Como já afirmado na introdução desse artigo, na linha do diagnóstico de Anscombe (1958) sobre a “filosofia moral moderna” fracassar frente aos seus propósitos, surgiram outras críticas ao escopo, propósitos e métodos em ética – sobretudo à ADAC. ADAC reivindica a suficiência de um método, a análise lógica da linguagem, o qual é visto como demasiado distante dos traços concretos da moralidade. Como bem ressalta Sattler, tal defesa afirma que

o tipo de investigação que é levado à cabo pela filosofia moral moderna é considerado demasiado estreito quanto aos seus métodos, demasiado falho quanto ao seu alcance, mas demasiado pretensioso quanto os seus objetivos.

Restringindo-se à análise linguística de conceitos especificamente morais, a filosofia moral moderna parece tomar como sua tarefa própria (e única) a clareza de termos tais como “bom”, “correto” e “obrigatório”, sempre dentro do contexto da ação e da escolha moral. (Sattler, 2012, p. 104).

Isso ocorre, pois, como argumenta Murdoch (1956), possuindo como ponto de partida que a linguagem moral é falha, toma-se esse elemento como ponto central e único da investigação, tornando a ética (enquanto disciplina) uma investigação à parte da vida moral. Assim, a investigação apresenta limitações para com o âmbito da moralidade, na medida em que prioriza a ação, a escolha e o esclarecimento de certos conceitos enquanto seu objeto de estudo. Como afirma Diamond (1995), o ponto central aqui está em uma limitação no alcance para o tipo de investigação desejada.

Nesse sentido, há críticas à ADAC que podem ser derivadas das considerações de Anscombe, Murdoch e Diamond, as quais reivindicam uma ressignificação do que é a filosofia moral: uma noção da própria disciplina enquanto atividade que leve em conta uma pluralidade de elementos – para além (e a despeito) do que é posicionado por ADAC. Para Sattler, essa ressignificação recai em uma noção moral mais ampla, na qual “ações e escolhas não sejam tomadas de maneira isolada e onde a moralidade não seja considerada unicamente através dos apelos feitos à compreensão da ‘linguagem moral’” (SATTLE, 2012, p. 107).

Dito até aqui: o método empregado pela filosofia moral se distancia de traços relevantes do que fora compreendido por “vivência moral”, pois limita a ética a uma análise linguística e, portanto, reduz o âmbito do discurso moral a uma epistemologia linguística do agir moral. Pelo mesmo viés, os termos utilizados por certas posições limitam a resolução de problemas morais contemporâneos. Tal limitação é um indício de que a utilização de conceitos como “lei moral” e “dever moral” não abarca certos propósitos da reflexão moral.

Desenvolvendo esse ponto, Sattler (2012) argumenta que questões como o cuidado com o outro e a assistência ao outro não podem ser tomadas devidamente no contexto desses termos. Um exemplo pode ser encontrado na palestra de Peter Singer (informação verbal)<sup>145</sup>, na qual o mesmo afirma que se sentiu invejado de um garoto que doou um rim para um estranho, mas não se sentia tão mal pelo fato de conseguir compensar isso com doações para ONGs. Esse pensamento só faz sentido na medida em que atos como o cuidado e a assistência social não sejam vistos como obrigações morais em sentido forte, mas como complementos, um *extra* no agir moral que pode ser compensado de diferentes formas.

Conforme apresenta Sattler, esse tipo de questão mostra uma falha em abordagens que avançam ADAC, dado que “considerações a respeito daquilo que devemos fazer pelos ‘outros’ não deveriam comportar dúvidas (...) elas deveriam ser parte de uma atitude moral coerente relativamente à coisa certa a ser feita;” (2001, p. 112). Assim, a utilização de princípios na forma de leis morais e termos como “obrigação moral” defasam o caráter de ações que se relacionam com um simples caso de caridade, de cuidado. Pode-se explicitar como outro exemplo para os limites dessas

---

<sup>145</sup>Tal palestra foi concedida ao canal *TED: Ideas Worth spreading* e está disponível em: <[http://www.ted.com/talks/peter\\_singer\\_the\\_why\\_and\\_how\\_of\\_effective\\_altruism.html](http://www.ted.com/talks/peter_singer_the_why_and_how_of_effective_altruism.html)>. A partir dos 16 minutos do vídeo, Singer, se referindo a um jovem que doou um rim e formou uma corrente que resultou em quatro pessoas recebendo transplantes de rins, afirma que (tradução nossa) “fiquei contente ao ler isso. Chris continuou dizendo que tinha sido influenciado pelos meus escritos a fazer isso. Bem, tenho que admitir, também fico um tanto envergonhado com isso, porque ainda tenho dois rins. Mas Chris prosseguiu dizendo que não achava que o que ele fez foi assim tão incrível, porque ele estimou que o número de anos de vida que tinha proporcionada a pessoas, anos de sobrevivência, era aproximadamente o mesmo que você poderia alcançar se doasse US\$5.000,00 à *Against Malaria Foundation* [ONG de ação de combate à malária]. E isso fez-me sentir um pouco melhor, porque doei mais do que US\$5.000,00 à *Against Malaria Foundation* e a várias outras obras de caridade eficazes. Então se estiver se sentindo mal porque também ainda possui dois rins, existe uma maneira de você sair dessa” (Informação verbal).

abordagens, das teorias do dever, a discussão envolvendo atos supererrogatórios e atos subrogatórios, mas que não exploraremos aqui.<sup>146</sup>

Ainda no caso da assistência aos outros, Sattler (2012) ilustra um paradoxo para com o critério da deliberação imparcial, afirmando que, embora seja requerido uma perspectiva de terceira pessoa sob o discurso da imparcialidade de interesses, o ponto de partida da assistência já não é imparcial, pois

(...) tais discussões não tomam a perspectiva de seres humanos respondendo simplesmente a outros seres humanos – mesmo que as necessidades consideradas sejam próprias aos seres humanos; mas tomam o ponto de vista de indivíduos ocidentais respondendo (se o fazem) a indivíduos não-ocidentais, ou de povos ricos respondendo a povos pobres (em relação aos quais aqueles podem ter uma maior responsabilidade devido à exploração e colonização passadas), ou de países acolhedores respondendo aos seus imigrantes, e assim por diante. Na verdade, é em relação a esta “estranheza” do “outro” que a dúvida (dos filósofos) é colocada; não fosse este o caso, as questões mostradas (...) não deveriam sequer aparecer em nosso horizonte. (SATTLER, 2012, p. 110).

Sintetizando: o método descrito pela característica 2, empregado no contexto descrito por 1, não cumpre os propósitos descritos pelos itens 3 e 4 em todas as situações consideradas moralmente relevantes por motivos variados. Nesse sentido, o principal ponto de crítica constitui a negação de que o âmbito da moral possa ser encontrado por inteiro através do método empregado. Ou seja, que a deliberação argumentativa coerente sobre nossas escolhas não capta partes relevantes para a filosofia moral. Dessa forma, as críticas à ADAC reivindicam pelo menos uma outra maneira de tratar e ver a filosofia moral, uma abordagem moral mais ampla - em detrimento de uma investigação linguística da ação correta, do dever e outros conceitos. Contudo, se supormos que existe a necessidade de incluirmos elementos como virtudes,

---

<sup>146</sup> Atos supererrogatórios e subrogatórios são, por definição, respectivamente, atos moralmente louváveis, porém não moralmente obrigatórios e atos moralmente reprováveis, porém não moralmente proibidos. Como exemplo, ninguém dirá que estamos moralmente obrigados a se atirar na frente de uma granada para salvar a vida de alguém, ou mais de uma pessoa, porém, se alguém o fizer, será visto como algo louvável. O mesmo pode ser entendido no caso de doar todo o dinheiro acumulado em uma vida para instituições de caridade e decidir viver com muito menos do que poderíamos. Para compreender melhor essa discussão, veja-se “Saints and Heroes” de Urmson (1958); Uma outra abordagem da mesma discussão, porém negando a existência de atos supererrogatórios genuínos, pode ser vista no artigo “Kant, santos e heróis”, de Julio Esteves (2008).

sentimentos, visões de mundo, de sociedade e de vida boa, entre outros; podemos questionar o lugar e o propósito da argumentação para cada um desses novos elementos. Se esse questionamento faz sentido, e se de fato houver um lugar entre outros para a argumentação e a análise argumentativa, então deve também haver um lugar sem argumentação. Assim, a contraparte propositiva das críticas à ADAC passa por mostrar o que é esse âmbito sem argumentação, além de esclarecer o papel para o método argumentativo em detrimento desse (se ainda houver algum papel para o mesmo).

Dessa forma, podemos elencar possíveis críticas e alternativas ao que foi colocado por ADAC, hierarquizadas de acordo com o modo como trabalham a relação extensional entre a moralidade e a o âmbito do método argumentativo, tal como pode ser visto na Tabela 1.

Posição	A investigação argumentativa é	Relação extensional entre o âmbito moral e o âmbito argumentativo
Argumentativa da vida boa	Condição necessária e suficiente para a compreensão e a ação moral.	Extensionalmente idêntico.
ADAC	Única condição necessária para a compreensão dos assuntos morais, embora não suficiente para o agir moral– não garante o agir moral.	O âmbito moral está contido no âmbito argumentativo.
Crítica ao ADAC 1: inicial.	Não é a única condição necessária em matéria de moralidade.	Existe uma parte do âmbito moral que não está contido no âmbito argumentativo.
Crítica ao ADAC 2: forte construtiva.	Sequer é uma condição necessária; a investigação dos assuntos morais envolve apenas outras ferramentas.	Não existe uma parte do âmbito moral que esteja contido no âmbito argumentativo.
Crítica ao ADAC 3: forte destrutiva.	Não há condições necessárias e suficientes para a investigação de assuntos morais.	Não existe um âmbito de assuntos morais que sejam tratáveis.

Tabela 1. ADAC e posições sobre a argumentação em ética.

## Sugestões através das releituras wittgensteinianas

Enquanto para ADAC a deliberação argumentativa coerente sobre o que devemos fazer constitui a única condição necessária para a compreensão de temas morais, não havendo condições que garantam o agir em conformidade com essa compreensão, as abordagens que criticam a ADAC reivindicam ao menos que não há uma única condição necessária, que outros elementos e práticas igualmente importantes

que devem ser considerados. Conforme as recusas à ADAC podem ser assim colocadas, conseguimos hierarquizá-las através de suas propostas, estando no extremo, mas ainda propositivo, a tese de que a deliberação argumentativa sequer é uma condição necessária. Um outro extremo, mas completamente destrutivo da disciplina, acrescentará que não há qualquer maneira minimamente adequada de proceder frente aos propósitos investigativos da filosofia moral.

Assim, está em foco o papel da argumentação na análise filosófica de assuntos morais – bem como de outras ferramentas. Um terreno comum entre os(as) autores(as) que visam apontar para a relevância de aspectos não argumentativos nesse âmbito é influenciado pelo pensamento do primeiro Wittgenstein. Como reconhecido na literatura da área, a abordagem da moral através do pensamento do filósofo austríaco, no período já destacado, é destrutiva em um sentido específico: não exige apenas o abandono certas expressões que não cumprem uma função ampla ou servem a um propósito moral amplo, mas recusa qualquer tentativa de fazer da ética uma investigação com pretensões de objetividade. Sucintamente, com o conceito de “linguagem” apresentado no *Tractatus Logico-Philosophicus*, segundo o qual tudo o que podemos dizer com sentido sobre o mundo cabe na forma de uma proposição legítima, i.e., afirmações bipolares, empíricas e descritivas - o uso de expressões sem sentido pela filosofia moral é incapaz de alcançar qualquer pretensão de objetividade. Nesse contexto, não é que a ética ainda não foi tratada corretamente por uma teoria ou por um método específico, mas que é impossível qualquer teorização com sentido nesse âmbito.

Todavia, para muitos autores, por exemplo Edwards (1982), a impossibilidade do tratamento da filosofia moral com pretensão de objetividade, no pensamento de Wittgenstein, não possui como consequência que a mesma não cumpra um papel importante na sociedade, ou que não tenha algo que possa ser feito fora destas pretensões. Uma das possibilidades que permite essa interpretação tem origem na ideia de que a distinção entre *dizer* e *mostrar* afirma os problemas filosóficos como equívocos para com os propósitos de certas afirmações ou de certas investigações. Essa é justamente a interpretação apresentada por Sattler (2006), segundo a qual, tudo aquilo

que não pode ser *dito*, tudo o que escapa aos critérios do *dizer com sentido*, está no âmbito do *mostrável* – como por exemplo, os assuntos morais.<sup>147</sup>

O *status* das investigações que atuam através da distinção do âmbito do que pode ser *dito* com sentido, do âmbito das coisas que não podem, depende também da pretensão de colocar as segundas junto das primeiras. Assim, o problema está em propor respostas para questões que não podem ser respondidas, sequer formuladas com sentido. Dessa forma, a questão não é a desimportância das investigações morais, mas a tentativa do proceder investigativo – nos termos do dizer wittgensteiniano – sobre algo que não pode ser dito, apenas pode ser mostrado.

Sattler (2006) afirma que o pensamento wittgensteiniano sobre a impossibilidade da ética como ciência possui duas vias: o funcionamento da linguagem e a natureza do que é a moralidade. O domínio da moralidade está para além daquilo que a linguagem comporta, possuindo como consequência que não poderemos contaminá-lo com a pretensão de dizer algo, sempre no sentido wittgensteiniano do termo. Entretanto, Sattler (2012) afirma que a impossibilidade dessa pretensão, tal como colocada por Wittgenstein, não é um desmerecimento, mas a reivindicação sobre a natureza própria da moralidade, possuindo por objetivo “salvar a moralidade de toda a ‘tagarelice’ da ‘filosofia moral’” (2012, p. 115).

Por esse viés, a única maneira de proceder em moralidade pressupõe estarmos conscientes de que não é possível dizer algo com pretensão de verdade, com pretensão de objetividade. Com a ideia de responder o que é possível fazer fora dessas pretensões, as releituras wittgensteinianas de Sattler (2012) e Edwards (1982) nos fornecem um caminho para considerar a moral sem pretensões argumentativas. A filosofia moral, sem descrever ou normatizar, consiste assim em uma série de tentativas de apontar para

---

<sup>147</sup> Sattler (2006) argumenta que a distinção entre o “dizível” e o “mostrável” é ponto fundamental no pensamento de Wittgenstein, sendo ela um dos principais parâmetros para a classificação dos enunciados como sendo contra-sensos ou pseudo-proposições. Enquanto um contra-senso é um enunciado com a intenção de ser uma afirmação sobre o mundo - com valor de verdade - uma pseudo-proposição não possui tal objetivo. Por esse as pseudo-proposições apenas *mostram* algo (por exemplo a própria forma lógica, ou a existência do domínio do mostrável, do que não pode ser dito com sentido). Assim, os contra-sensos dependem da tentativa de dizer algo que só se pode mostrar, enquanto que as pseudo-proposições, ao não possuírem tal pretensão, quando enunciadas apenas mostram algo, apontam para algo. Por conta disso, para Sattler (2006) um juízo moral com pretensão de verdade objetiva é um contra-senso, mas juízos morais sem esta pretensão não o são. Através desses passos argumentativos, Sattler interpreta que “não se está prescrevendo um “mudismo” absoluto sobre o domínio do mostrável, mas um silêncio sobre tudo o que pretender ser uma veracidade impossível!” (2006, p. 32).

alguma coisa, mostrar ou chamar a atenção de alguém para algo importante, ou seja, tentar *mostrar* ao outro aquilo que nós vemos. Dessa forma, o pensamento de Wittgenstein vem sendo vinculado com a possibilidade de uma filosofia moral propositiva, visando o âmbito da vida moral através de maneiras de *mostrar* ao outro algo que se considera importante, pois

(...) se aparecer “enquanto pessoa” e expressar juízos morais em “primeira pessoa” é tudo quanto podemos fazer em matéria de “argumento”, o limite do convencimento se reduz a um “esclarecimento das circunstâncias” para além do qual, diz Wittgenstein, nada mais resta a fazer. A verdade é que o outro deve, por assim dizer, sentir-se cativado pelo exemplo e pelo juízo expresso para efetivamente sentir-se convencido do “apelo” feito; e isto já não equivale a uma “argumentação filosófica” de alguma maneira fundamentada ou justificada, mas a uma maneira de chamar a atenção ou o olhar do outro para alguma coisa de importante. Em suma, o convencimento em prol de uma visão, de uma maneira de ver a vida ou, mais especificamente, de uma maneira de agir, não é alcançado por meios argumentativos, mas por maneiras pessoais de apelar ao outro “como a um juiz” (SATTTLER, 2012, p. 121).

Sintetizando, a partir das releituras da obra do *primeiro* Wittgenstein encontra-se uma concepção sobre a ética que nos permite visualizar que tipo de elemento moral pode estar fora do domínio argumentativo, que recusa a argumentação como condição necessária e método de investigação para a moralidade, advogando um novo patamar para a filosofia moral: a ideia de que a mesma não constitui um campo de saberes, de estudos e investigações daquilo que *deve* ser feito, mas de práticas, tentativas de apontar para coisas importantes a serem consideradas tanto no agir, quanto na maneira com a qual enxergamos a vida e os outros.

Por completo, tal abordagem se enquadra como uma crítica forte, mas construtiva, à visão ADAC, tal como colocado na Tabela 1. Todavia, o fruto propositivo dessa abordagem, resultante da tentativa de mostrar algo fora do âmbito argumentativo que é relevante para a filosofia moral, é compatível com propostas mais moderadas. O exposto até aqui, portanto, pode ser entendido como um caminho para pensar a filosofia moral também como um propósito, uma atividade nos termos colocados acima, que atue junto ou em paralelo às investigações argumentativas. Porém, mantendo ou recusando o papel da argumentação e das investigações argumentativas, é preciso salientar o que pode ser feito e como pode, além ou a despeito das mesmas.

## Ler para a vida

A seção anterior nos permite falar agora de filosofia moral não como um estudo analítico, mas como a proposta de uma troca de visões que cativam compreensões (em algum sentido) e agências. Ao invés de argumentos, são feitos apontamentos para coisas que consideramos importantes de serem notadas. Em suma: a atividade de tentar enxergar e mostrar situações que são consideradas importantes desde diferentes perspectivas. Isso quer dizer que fazer filosofia moral é, *de facto*, o que fazemos enquanto seres humanos que agem e respondem a si mesmos, aos outros seres e aos acontecimentos vivenciados. Contudo, pensar a filosofia moral fora de um escopo puramente argumentativo requer – além de mostrar uma caracterização da natureza da moral relevante para isso - encontrar meios que possibilitam desenvolver esses elementos. Por certo, no próprio diálogo é possível efetuar tais apontamentos, sobretudo através das funções empáticas com que trabalham as narrativas. Essas, contudo, são características distintivas de um outro âmbito: a literatura.

Antes de qualquer coisa, cabe ressaltar que falaremos aqui da literatura como uma atividade e não como uma disciplina. Em geral, entendemos que a disciplina é o estudo dessa atividade, ou seja, um âmbito que transforma obras, suas características e autores em objetos de estudo, mas não constitui ela mesma “a literatura”, por assim dizer. Isso ocorre na medida em que a literatura, aqui pensada, é uma forma de arte e entendê-la apenas como campo de estudo seria reduzir a atividade artística às análises efetuadas nesse campo.

Por se tratar de uma atividade artística, a literatura compõe um caráter estético, um compromisso com a forma e com a afecção em seus receptores. Ao mesmo tempo, um texto literário – de modo genérico – não responde pelo compromisso com a verdade em qualquer sentido externo à obra. Pelo contrário a literatura mantém uma relação com a realidade que tanto pode se aproximar dela, quanto pode se afastar da mesma. Como resultado, a literatura cumpre uma tarefa reflexiva e moral em seus efeitos, mesmo que não seja o objetivo de quem a faz, das utopias às distopias, a relação dos seres humanos com o mundo pode ser trabalhada através de situações e cenas. Aspectos cognitivos são, assim, trabalhados ao apontar, são mostrados – ferramentas não argumentativas valiosas

na reflexão e (re)formulação de noções sobre o agir, sobre o sentir, sobre o mundo que experimentamos e que poderia ser experienciado. Do observar por distintas perspectivas, ao simular experiências, habilidades imaginativas são trabalhadas mesmo *en passant* na leitura – mas sobretudo na escrita. Esses aspectos colocam a literatura como um, dentre outros, caminhos para o desenvolvimento de um âmbito não argumentativo de cunho moral. Mas como?

Uma primeira consideração pode ser encontrada na palestra da escritora Chimamanda Adichie, intitulada “o perigo da história única” (informação verbal)<sup>148</sup>. Nessa comunicação, a escritora afirma uma estrita relação entre aquilo que lemos, aquilo que nos contam em termos de histórias e aquilo que acreditamos sobre algum lugar, sobre a vida das pessoas desse lugar. Tratando do distanciamento e do estranhamento entre diferentes povos e culturas, Adichie afirma que boa parte disso se deve ao fato de que uma única versão da narrativa sobre outros povos é historicamente reiterada. Como exemplo, a escritora conta como sua colega de quarto da faculdade estranhou o fato dela ser nigeriana, estar na faculdade e falar inglês, relatando que:

Então, após ter passado vários anos nos EUA como uma africana, eu comecei a entender a reação de minha colega para comigo. Se eu não tivesse crescido na Nigéria e se tudo que eu conhecesse sobre a África viesse das imagens populares, eu também pensaria que a África era um lugar de lindas paisagens, lindos animais e pessoas incompreensíveis, lutando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por eles mesmos, e esperando serem salvos por um estrangeiro branco e gentil. Eu veria os africanos do mesmo jeito que eu, quando criança, havia visto a família de Fide [empregado de sua família]. Eu acho que essa única história da África vem da literatura ocidental. (Informação verbal)<sup>149</sup>

Adichie pensa que esse tipo de visão decorre de uma tradição ocidental sobre contar histórias sobre outros povos. Outro exemplo citado por ela é a vergonha que sentiu quando visitou o México e estranhou, ficando surpresa, ao ver que os mexicanos eram pessoas normais, que riam e se divertiam, saíam para trabalhar, etc. Segundo a escritora, ela havia assimilado uma visão, uma única história contada sobre “o” México, sobre sua cultura, sobre a vida dos mexicanos. Para a escritora, quando contamos e

---

<sup>148</sup> Em julho de 2009 Chimamanda Adichie ministrou uma palestra para o canal “TedTalks”. A mesma está disponível em [http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html).

<sup>149</sup> Idem, transcrição nossa.

divulgamos uma única história sobre alguém, reduzimos a maneira como as pessoas observam e compreendem esse alguém. Como experimento contrafactual dessa hipótese, podemos imaginar como nossa própria visão sobre acontecimentos históricos se modificaria se não nos ocupássemos de uma única versão, tal como a escritora expõe:

comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. Recentemente, eu palestrei numa universidade onde um estudante disse-me que era uma vergonha que homens nigerianos fossem agressores físicos como a personagem do pai no meu romance. Eu disse a ele que eu havia terminado de ler um romance chamado "Psicopata Americano" - e que era uma grande pena que jovens americanos fossem assassinos em série. (...) Eu gostaria de finalizar com esse pensamento: quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso (Informação verbal)<sup>150</sup>

O que a escritora nigeriana apresenta complementa parte do que viemos argumentando até aqui. Percebemos em seu discurso a mesma ideia de que a literatura modifica aspectos cognitivos em um sentido muito importante. Ao mesmo tempo em que ela nos influencia a enxergar o mundo de uma única maneira quando temos acesso sempre a mesma história, também por ela, em outras histórias que enfatizam outras circunstâncias, podemos diversificar essa visão, ampliar e modificar a maneira como encaramos o mundo e, em especial, os outros.

A partir dessas considerações, podemos retomar o caso do texto literário supracitado. Enquanto que para o ADAC a passagem supracitada do “restaurante no fim do universo” possuía elementos morais pois envolvia escolhas, ações e as razões que as sustentam; podemos dizer que, ao menos além disso, há um cunho moral naquilo que a própria narrativa afeta em seus leitores, nas reações imaginativas resultantes da própria leitura, sobretudo na maneira como a relação que estabelecemos com a narrativa aponta para coisas importantes que transformam a maneira como enxergamos o mundo e nós mesmos. Através do envolvimento com a literatura, há um elemento moral que é desenvolvido na dinâmica entre o que já é pensado e a maneira como somos levados a

---

<sup>150</sup> Idem, transcrição nossa.

considerar uma perspectiva diferente para com as situações. Nesse sentido, o elemento moral não condiz apenas com uma deliberação argumentativa, mas com as afecções proporcionadas pela própria leitura. Talvez, esse já seja o ponto propiciado pelos próprios experimentos de pensamentos na filosofia e na ciência: para além de testar relações de coerência entre proposições que os sujeitos sustentam e mantêm como crença, também há muito valor em seu caráter heurístico-imaginativo. Trazer as práticas literárias para dentro desse campo é, assim, também uma maneira de potencializar essas capacidades tão importantes para a compreensão de si e dos outros em vista dos nossos ideais, mesmo provisórios e voláteis, de bem viver e de bem agir.

## **Considerações finais**

O presente trabalho discutiu o pensar sobre a filosofia moral fora dos domínios argumentativos. As críticas à ADAC resultam em posturas propositivas apenas se, ao questionarem o lugar e as funções da argumentação e da análise argumentativa nessa disciplina, introduzirem outros elementos e âmbitos para uma abordagem moral mais ampla. Utilizando a discussão contemporânea que retoma as considerações do primeiro Wittgenstein sobre a natureza da linguagem e a natureza da moral, encontramos uma maneira de pensar a moralidade fora do escopo argumentativo. Essa caracterização coloca um âmbito ao passo em que indivíduos apontam para aspectos importantes sem qualquer pretensão efetiva de objetividade em suas falas. A literatura aparece como um, dentre outros, meios para proceder dessa maneira. É claro que um exame sobre o papel da argumentação para a filosofia moral está além do que foi exposto, sendo impensável afirmar que a mesma não cumpra qualquer função importante para a ética sem maiores esclarecimentos. Tratamos no máximo de que em matéria de moralidade e o trabalho com os seus assuntos, os argumentos não precisam ser tudo.

## **Referências bibliográficas**

- ADAMS, D. **O restaurante no fim do universo**. São Paulo: Arqueiro, 2010.
- ANSCOMBE, G.E.M. “Modern Moral Philosophy” **Philosophy**, v. 33, nº 124, 1958, p. 1-16.

- DIAMOND, C. **The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind**. Cambridge: MIT Press, 1995.
- EDWARDS, J. **Ethics without Philosophy: Wittgenstein and the Moral Life**. Gainesville: University Press of Florida, 1982.
- ESTEVES, J. Kant, Santos e heróis. **Síntese - Rev. de Filosofia** v. 35, nº 113, p. 341-36, 2008.
- GONZALEZ, F. “Propositions or objects? A critique of Gail Fine on ‘Knowledge and belief in republic V’” **Phronesis**. v. 41, nº 3, 1996, p. 245-275.
- LAFOLLETE, H (org.). **Ethics in practice: an antology**. 2ª ed. Londres: Blackwell Publishing Ltd, 2002.
- MURDOCH, I. **The Sovereignty of Good**. London, 1970.
- MILLER, A. **An introduction to contemporary metaethics**. Boadmin: MPG Books Group, 2003.
- NUSSBAUM, M. **Love’s Knowledge**. New York: Oxford University, 1990.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.
- PLATÃO. **Mênon**. São Paulo: Loyola, 2001.
- PLATÃO. **O Banquete**. In: PLATÃO **Diálogos**. Trad. José Cavalcante de Souza. 4ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987
- RACHELS. 2006. **Os elementos da filosofia da moral**. 4ª ed. Barueri: Manole, 2006.
- SATLER, J. Alternativas à “filosofia moral moderna”: considerações wittgensteinianas, estoicas e literárias. In: CARMO, J.; SANTOS, R (org.), **Ética, linguagem e antropologia: perspectivas modernas e contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2012.
- SATLER, J. **A tarefa ético-pedagógica da filosofia no Tractatus logico-philosophicus**. nov., 2006. 155 f. Dissertação (mestrado em filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, nov., 2006.
- URMSON, J. “Saints and Heroes. Essays” **Moral Philosophy**, 1958, p. 196-216.
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.